

GÊNERO E DIREITO DAS MULHERES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

GENDER AND WOMEN'S RIGHTS: A REPORT OF UNIVERSITY EXTENSION EXPERIENCE

Mariana Barbosa de Souza¹

Gabriela Cristina Braga Navarro²

RESUMO

Este trabalho discute a relevância das questões de gênero e direitos das mulheres no contexto do ensino jurídico contemporâneo. Através de um evento de extensão na Universidade Federal de Lavras, realizado em colaboração com o Observatório de Políticas Públicas, discutidos temas como machismo, patriarcado e identidades de gênero diversas, incluindo LGBTQIAPN+. O evento, estruturado como um minicurso, visou promover a conscientização crítica, analisando o conceito de gênero em suas variadas dimensões. Reconhecendo a influência de teorias tanto europeias quanto estadunidenses na compreensão de gênero, o trabalho destaca a importância de adotar perspectivas críticas ao abordar essas questões. Além disso, enfoca a necessidade de desconstruir papéis de gênero historicamente moldados e superar ideias de uma história única, abraçando narrativas diversas. O trabalho ressalta como o estudo de gênero se relaciona com o campo jurídico e seu papel no contexto sociopolítico, defendendo a integração de debates nos currículos jurídicos.

Palavras-chave: Consciência Crítica; Direitos das Mulheres; Extensão Universitária; Gênero; Identidade.

ABSTRACT

This paper discusses the relevance of gender and women's rights issues in the context of contemporary legal education. Through a university extension event at the Federal University of Lavras, conducted in collaboration with the Observatory of Public Policies, discussions were explored regarding topics such as sexism, patriarchy, and diverse gender identities, including LGBTQIAPN+. Structured as a mini-course, the event aimed to promote critical awareness by analyzing the concept of gender across its various dimensions. Acknowledging the influence of both European and North American theories on gender understanding, the work highlights the importance of adopting critical perspectives when addressing these matters. Additionally, it focuses on the need to deconstruct historically molded gender roles and overcome notions of a single narrative, embracing diverse narratives. The work underscores how gender study relates to the legal field and its role in the sociopolitical context, advocating for the integration of debates into legal curriculum.

Keywords: Critical Awareness; Women's Rights; University Extension; Gender; Identity.

INTRODUÇÃO

Entre temáticas atuais que permeiam o ensino jurídico não se pode olvidar das que envolvem as discussões a respeito de gênero e das sexualidades. Nesse sentido,

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, professora visitante no Departamento de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras-UFLA. E-mail: barbosadesouzamariana@gmail.com.

² Doutora em Direito pela Goethe Universität Frankfurt am Main e professora adjunta no Departamento de Direito da Universidade Federal de Lavras-UFLA. E-mail: gabriela.navarro@ufla.br.

buscamos refletir acerca da importância de tais pesquisas, a partir da construção de um evento de extensão universitária no âmbito da Universidade Federal de Lavras, ofertado pelo Observatório de Políticas Públicas – OPP, em parceria com os departamentos de Direito e Administração Pública e que teve como intuito debater questões de gênero, direito das mulheres e suas implicações diante de questões atuais, como machismo e patriarcado.

A partir deste evento, formulado na estrutura de minicurso, foram estabelecidas relações com o conceito de gênero em geral e com direito das mulheres em específico, visando a promoção e construção de uma consciência crítica, conforme assevera Paulo Freire (2009), levando em consideração a possibilidade de correlacionar coisas e fatos acerca de determinadas situações e circunstâncias que envolvem gênero, sexualidades e direito das mulheres.

Trabalhar com gênero implica também a apropriação de diferentes correntes teóricas e metodológicas, porque em se tratando de gênero enquanto uma categoria útil à história e, também, ao Direito como uma área do conhecimento, não é possível fugir da própria lógica de construção conceitual que é europeia e norte-americana. Assim, percebemos a necessidade de compreensão de questões de gênero (no seu sentido mais amplo possível, envolvendo questões tocantes às mulheres, à população LGBTQIAPN+³, às masculinidades, entre outras correlações, a partir de uma visão crítica. Logo, evitando o perigo de uma história única, apresentado por Chimamanda Adichie (2019), entendemos que as diferentes histórias importam, sobretudo porque elas têm o condão de empoderar e humanizar um povo, um grupo social. Nesse sentido, damos ênfase às questões mencionadas, pensando-as a partir da América Latina, de autores e autoras latino-americanos(as).

Outrossim, existem vertentes científicas, como a positivista, que percebem a ciência como algo neutro e universal. A criação de uma categoria específica, como a de gênero, para se analisar e compreender a sociedade adveio de estudiosas feministas da década de 1970 (SAFFIOTI, 2015). O estabelecimento de uma categoria analítica surgiu em decorrência da urgência de superação do determinismo biológico relativo à utilização

³ Sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneras, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pansexuais, Não binárias e outras possibilidades de identidades de gênero e de orientação afetiva-sexual.

do termo sexo. Decorre desta compreensão a construção social de identidades, tanto de homens, quanto de mulheres. E diante da criação do conceito de gênero surge, também, a possibilidade de desconstrução de papéis relacionados.

E quando pensamos a História e a sua construção, não podemos ignorar o fato de que por muito tempo houve um imaginário construído acerca de uma história para homens, aceita como universal, que ignorava a diferença entre sexos e se utilizava do trabalho gratuito de mulheres. Ademais, infelizmente persiste em setores da produção histórica a ideia de que a historiografia que envolve as discussões acerca da História das Mulheres, Gays, Lésbicas e da população LGBTQIAPN+, é tida como uma história militante, não científica e ausente de neutralidade (Pedro, 2011).

Para Joan Scott (1995, p. 86), gênero é estabelecido a partir da concretização de relações sociais que possuem como base a diferenciação entre o sexo e se constituem no âmago das relações de poder. Para a autora “gênero é a organização social da diferença sexual.” E nesse contexto, embora em muitas situações recorramos a autores(as) como a própria Joan Scott e Judith Butler (ambas americanas), não podemos ignorar que estamos inseridos(as) em uma realidade muito particular, que envolve condicionantes raciais e de classe, significativos, como é o caso de toda a América Latina.

A professora Grazielly Baggenstoss chama atenção para as pesquisas que estão sendo construídas no Direito. De acordo com Baggenstoss (2022, p. 141):

Pelo modelo crítico, é imprescindível a recusa à abstração promovida pelo modelo tradicional jurídico, advindo do projeto ocidental do Norte Global. Devem ser questionadas, então, as formulações metafísicas, pontuadas como clássicas do Direito, que são etiquetadas como uma pureza contemplativa e abstrata. Ainda, deve-se renunciar ao processo de conhecimento que não admite a narrativa dos sujeitos sobre sua própria história — assim, rejeita-se à racionalização cartesiana em que toda a vida é objeto de uma teoria desprovida de conexão com os processos históricos. Assim, compreende-se a realidade e os sujeitos enquanto vidas e processos pulsantes, cuja teoria deve operar respeitando as continuidades históricas dos grupos sociais.

É importante evidenciar como estas temáticas, sobretudo as que envolvem gênero e sexualidades, adentram o campo do Direito muito em vista da impossibilidade de se desconsiderar as propriedades constitutivas dos sujeitos. O Direito e, obviamente o seu ensino, não formam um campo isolado e distante dos debates sociopolíticos e justamente por isso, diante de sua complexidade, é que se fomentam debates

necessários. O processo de constituição de um campo não deve ou não deveria estar distante dos debates que se colocam da arena social.

Diante desse complexo debate no qual se inserem as questões de gênero, o OPP-UFLA iniciou em suas reuniões de estudo e aprofundamento teórico um profícuo debate sobre gênero e direito das mulheres, notadamente no âmbito projeto de pesquisa e extensão intitulado “Apoio ao desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher”. Deste modo, a ideia de promover um estudo sistemático entre integrantes da pesquisa sobre conceitos relativos a gênero e suas relações com o direito das mulheres ganhou corpo no âmbito do projeto de pesquisa mencionado, para posteriormente ofertar um minicurso para comunidade interna e externa à UFLA.

1 DECOLONIALIDADE: UM CONCEITO NECESSÁRIO AO ENSINO JURÍDICO

Refletimos acerca do Ensino jurídico a partir do apontamento de que a academia se coloca como um espaço necessário e importante para que tais debates ganhem destaque e se coloquem como pautas políticas e científicas a serem consideradas. O campo do ensino jurídico possibilita que as diferentes esferas e aspectos da sociedade se encontrem em um espaço diverso, complexo, relacional e isso se expressa na produção de conhecimento no campo. Entretanto, a amplitude dimensional do campo, o encontro de perspectivas, abordagens, temáticas de pesquisa e pautas em debate, traz o questionamento sobre como as discussões têm sido construídas e interpretadas por pesquisadores e pesquisadoras.

Neste interim e a partir da perspectiva epistemológica da decolonialidade, se faz urgente a apreensão das formas como o debate sobre gênero e sexualidades tem sido assimilado pelos pesquisadores e pesquisadoras e impresso na produção de conhecimento. Sem essas questões, corre-se o perigo de recair na universalização da problemática, apagando as diferentes realidades que se apresentam como resistência e transformação a partir dos territórios que os conformam tensionando a normatividade.

Ao tratar do gênero, enquanto uma categoria analítica, entendemos que ele é um conceito socialmente estabelecido, a partir das práticas, performances e identidades construídas, fundamentadas em um papel social assumido. O sistema de significação de

gênero é relacional, mutante e individual, além de posicionamento político e dependente do lugar que cada corpo assume diante de relações sociais de poder (Scott, 1989; Butler, 2003; Saffioti, 2015). Nesta concepção do conceito de gênero, a construção de identidades masculina ou feminina não é inerente ao chamado sexo biológico, e sim calcado em subjetividades, em que o sujeito está em processo constante de construção. Então, aqui tratamos o termo gênero como não necessariamente associado ao sexo biológico, mas na percepção de que é culturalmente construído, ou seja, “são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado” (Butler, 2003, p. 24).

A ocupação de diferentes espaços por pessoas LGBTQIAPN+, por mulheres e por minoriais sociais em geral implica ainda no entendimento de processos de exclusão espacial, nos quais a pobreza soma-se ou intensifica-se mediante à ineficiência das políticas públicas ao tentar solucionar as questões relacionadas ao gênero. Nesse sentido é importante demarcar que este texto é proposto por mulheres pesquisadoras, ao sul do mundo, relacionando com o que é apresentado por Mignolo (2008, p. 290) sobre identidade política ao pensar de maneira decolonial: Todas as outras formas de pensar (ou seja, que interferem com a organização do conhecimento e da compreensão) e de agir politicamente, ou seja, formas que não são decoloniais, significam permanecer na razão imperial; ou seja, dentro da política imperial de identidades. Refletir a partir da decolonialidade exige entender de onde se vem, de onde se fala, mas sobretudo de onde se pretende falar e quem desejamos possuir como destinatário, como interlocutor.

Assim, este relato mostra-se também como uma desobediência epistêmica, que apresentada por Quijano (1992, *apud* Mignolo, 2008, p. 288. Tradução Livre), pode ser compreendido como

A crítica do paradigma europeu da racionalidade/modernidade é essencial. Ainda mais, urgente. Mas é duvidoso que o caminho consista na simples negação de todas as suas categorias; na dissolução da realidade no discurso; na pura negação da ideia e da perspectiva da totalidade do conhecimento. Longe disso, é necessário livrar-se dos vínculos entre racionalidade-modernidade e colonialidade, em primeiro lugar, e em última instância, com todo o poder não constituído na livre decisão de pessoas livres. Em primeiro lugar, foi a instrumentalização da razão pelo poder colonial que produziu paradigmas distorcidos de conhecimento e estragou as promessas libertadoras da modernidade. A alternativa é, portanto, clara: a destruição da colonialidade do poder mundial.

Então, a partir da desobediência epistêmica, compreendemos que a elaboração do conhecimento embasado na colonialidade e em suas formas de racionalidade oprime a libertação de diferentes maneiras e com distintas formas de opressões. Por essa razão, apresentamos o presente relato enquanto uma desobediência epistêmica, tendo em vista quem a escreve, onde a escreve e o que se questiona.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA: UM MINICURSO ARTICULANDO GÊNERO E DIREITO

Apresentamos um relato de experiência do evento Direito das Mulheres, ação em forma de minicurso elaborado no cerne do projeto de pesquisa e extensão intitulado Apoio ao desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. O curso também foi construído e ministrado com apoio institucional do Centro Integrado de Mulheres-CIM⁴ de Lavras, da OAB-Seccional Lavras e da Prefeitura de Lavras. Intencionamos com isso a divulgação científica, além da contribuição para com diferentes áreas de conhecimento, funcionando como um exemplo de estratégia que pode ser reproduzida em outras realidades e contextos. Ainda, considerando o aspecto dialógico da extensão, o evento proporcionou um profícuo diálogo entre os diversos atores da rede lavrense de violência doméstica e a universidade, aprofundando a pesquisa na área.

É necessário destacar a ousadia da proposta, que inverteu papéis tradicionalmente estabelecidos nos espaços universitários pois foram agentes integrantes da rede de atendimento a pessoas vítimas de violência doméstica do município de Lavras, além de estudantes e professoras do Curso de Direito da UFLA, que realizaram as formações ao longo da semana de minicurso. A equipe de trabalho que compõe o projeto mencionado acompanhou a formulação e execução de minicurso, mas o protagonismo foi conquistado especialmente por bolsistas integrantes da pesquisa, numa clara proposta de estrutura decolonial do saber.

O minicurso foi desenvolvido em duas fases gerais: a fase inicial constituiu-se de contatos intrauniversitários e concepção detalhada submetida às Professora Gabriela Navarro (coordenadora geral do projeto de pesquisa), que o aprovou; houve, então, um

⁴ O CIM é um órgão criado no município de Lavras em 2021, voltado para o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade.

momento de contatos extrauniversitários para divulgação do curso; e, por fim, a segunda fase que foi a execução do minicurso entre os dias 21 e 25 de agosto de 2023.

O evento foi liderado pela Professora Mariana Souza, com a participação da bolsista Patrícia Monforte (estudante do Curso de Medicina da UFLA) e de discentes de ensino médio: Eduardo Brandão, Franciely de Jesus, Sthefani Ester Paulo e Amanda Azevedo Vitor, que também integram o projeto de pesquisa e extensão através do programa de bolsas BIC Júnior. O minicurso foi dividido em cinco noites de palestras para formação e letramento sobre gênero e direito das mulheres. Para estimular a participação da comunidade externa à universidade e em consonância com o objetivo dialógico da proposta, o curso foi realizado nas dependências do CIM

Recebemos, no total, cinquenta e sete inscrições de um variado público: estudantes de graduação, pós-graduação, docentes universitários e público externo. Ao longo das noites de trabalho somamos mais de três horas de trabalho contínuo e, ao final, a certificação foi emitida com 15 (quinze) horas.

No primeiro dia da realização do curso realizamos uma sessão de abertura, de no máximo 15 minutos, em que foram apresentados os motivos da realização do curso, contexto e justificativa. A abertura do evento foi feita pela Professora Mariana, que recepcionou o público com uma breve explanação sobre as características do curso e um pouco das especificidades da realidade que seria debatida.

O curso foi amplamente divulgado por meio de mídias sociais, e-mails e outros meios. Com isso, foram convidados alunos(as) que estão cursando diferentes Cursos de graduação na UFLA e em outras instituições de ensino superior de Lavras, além de outros(as) interessados(as) como estudantes de pós-graduação e público em geral. O principal critério de inclusão de estudantes oriundos das graduações foi a atualidade do tema. A UFLA tem especial relação e é reconhecida por seu trabalho de vínculo com estudantes da graduação, sendo referência na área da extensão universitária no Brasil. Outrossim, a interface ensino médio/graduação é a regra na UFLA, rompendo desta forma certa ideia de “hierarquia” acadêmica entre alunos/as da educação básica e da graduação.

O minicurso contou com cinco momentos, ou seja, foram cinco dias de palestras, cada noite contando com a participação de dois/duas palestrantes. No primeiro dia de

trabalho foram abordados aspectos gerais e conceituais de gênero e de entendimento a respeito do que é ser mulher, temática tratada pela Professora Mariana Souza. Além disso, nesse mesmo dia, a Defensora Pública Amanda de Paula Andrade contribuiu significativamente para o debate, ao trazer concepções jurídicas fundamentais relacionadas à defesa de agressores. A sua perspectiva jurídica trouxe um elemento adicional de complexidade e reflexão para o encontro, estimulando discussões profundas e promovendo uma visão abrangente sobre a temática em questão. Salientamos o questionamento acerca da criminalização da violência doméstica e a ineficácia das medidas encarceradoras para combater a reincidência. Essa diversidade de abordagens e conhecimentos proporcionou um início empolgante para o minicurso, promovendo um ambiente de aprendizado enriquecedor e esclarecedor para todos os participantes.

No segundo dia de minicurso, direcionamos nossa atenção para as questões familiares sob a ótica do Direito, abordando detalhadamente as teses relevantes tanto no contexto processual quanto no material. Fomos agraciados com as valiosas contribuições dos renomados professores mestres Thainá Penha Pádua e Pedro Henrique Nunes Fernandes, ambos associados à Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Nesse dia, os palestrantes trouxeram uma profunda análise sobre as interseções entre o Direito e as dinâmicas familiares, destacando aspectos cruciais para o entendimento e a resolução de questões complexas nesse campo. Suas apresentações proporcionaram uma visão esclarecedora e fundamentada, enriquecendo ainda mais o debate e a compreensão das questões familiares sob uma perspectiva jurídica. Foi mais um dia produtivo e esclarecedor em nossa jornada de aprendizado.

No terceiro dia deste minicurso, recebemos com grande apreço as contribuições das destacadas advogadas Ana Paula Vilas Boas e Rafaella Andrade Villela de Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-Lavras. Elas compartilharam suas reflexões sobre o assédio nas relações trabalhistas e sua influência significativa nas vidas das mulheres. Suas apresentações trouxeram à tona importantes questões relacionadas à igualdade de gênero e ao ambiente de trabalho.

Na mesma noite, tivemos o privilégio de receber a Professora Dra. Carla Marins Silva, uma autoridade na área de Saúde da Mulher e Violência Obstétrica, e docente da

renomada Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP). Sua exploração detalhada sobre esses temas complexos proporcionou uma visão aprofundada e crítica, enriquecendo nossos debates e fortalecendo nosso compromisso com a compreensão e a resolução das questões enfrentadas pelas mulheres em suas experiências de saúde e trabalho. Foi mais uma noite marcante de aprendizado e reflexão em nosso minicurso.

No quarto dia deste minicurso, direcionamos nossos esforços às discussões fundamentais no âmbito do Direito Penal Processual, com foco nas Medidas Protetivas e na Lei Maria da Penha. Essa relevante temática foi magistralmente explorada pelo experiente Defensor Público de Lavras, Marcos G. Mata Machado, e pela Delegada da Delegacia da Mulher de Lavras, Ana Paula Arruda.

Nesse dia, os palestrantes trouxeram suas vastas experiências e conhecimentos para iluminar os desafios e as complexidades do sistema legal em relação à proteção das mulheres vítimas de violência. Suas apresentações proporcionaram uma análise aprofundada das questões legais e procedimentos essenciais, fortalecendo nosso compromisso com a defesa dos direitos e a segurança das mulheres em nossa sociedade.

No último dia deste minicurso, concentramos nossos esforços na temática crucial das políticas públicas voltadas para as mulheres. Durante esse momento significativo, tivemos o privilégio de ouvir representantes do Centro Integrado de Mulheres-CIM de Lavras, que trouxeram à luz questões essenciais relacionadas a esse tema vital.

Além disso, também contamos com a valiosa contribuição de estudantes participantes do Projeto de Extensão Niara, cujo objetivo é proporcionar serviços jurídicos e psicológicos gratuitos às mulheres vítimas de violência doméstica. Suas apresentações ofereceram uma visão prática e perspicaz das iniciativas voltadas para o apoio e empoderamento das mulheres em situações de vulnerabilidade. Esse último dia foi um fechamento memorável para nosso minicurso, reforçando nosso compromisso com a promoção de políticas públicas inclusivas e eficazes que atendam às necessidades das mulheres em nossa sociedade.

O minicurso se desenrolou de maneira altamente interativa, promovendo um ambiente de diálogo contínuo em que perguntas e questionamentos foram incentivados durante as explicações. Além disso, após cada apresentação, reservamos um espaço

fundamental para a promoção de discussões, debates e compartilhamento de experiências. Nesse momento, foram apresentadas situações práticas relacionadas aos temas abordados, enriquecendo ainda mais nossa compreensão.

Essas discussões abrangeram uma ampla gama de tópicos, com foco particular nas pesquisas e nas áreas de atuação dos participantes. Essa abordagem colaborativa e participativa não apenas enriqueceu nosso aprendizado, mas também destacou a diversidade de perspectivas e conhecimentos presentes no grupo. O minicurso se destacou como um espaço de aprendizado dinâmico e enriquecedor, onde o diálogo e a troca de experiências foram valorizados em cada etapa do processo.

É fundamental destacar que este evento, realizado durante o período de férias estudantis na UFLA, foi resultado de um esforço coletivo que apresentou tanto limitações quanto potencialidades notáveis. Esta escolha estratégica permitiu que alcançássemos um público diversificado, incluindo pessoas que, de outra forma, não teriam a oportunidade de participar do curso durante o semestre letivo, devido aos horários das aulas. Além disso, ficamos satisfeitos em ver a presença de estudantes externos à UFLA, o que contribuiu para a diversidade de perspectivas e experiências enriquecedoras ao longo do evento.

3 CONCLUSÃO

Estudantes de cursos de graduação e pós-graduação da UFLA e de outras universidades participaram do evento, além de pesquisadores(as) e público em geral, somando um total de aproximadamente 30 pessoas. Os(as) participantes do evento puderam ter suas dúvidas sanadas ao longo das apresentações, bem como no momento posterior às falas, ocasião em que participaram as pessoas da equipe idealizadora do evento.

Destacamos a importância do trabalho realizado no cerne do Projeto de Pesquisa e Extensão intitulado Apoio ao desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher visando a aproximação com estudantes de diferentes níveis e isso foi alcançado com a proposta aqui apresentada. É um trabalho conjunto entre professores(as) e estudantes, que tem se revelado enquanto uma estratégia vantajosa

de aproximação entre esses públicos. Tal aspecto aumenta a visibilidade universitária e ajuda na continuidade da formação universitária.

Nesse sentido, o ensino e, nesse caso em específico o tema do direito das mulheres, abre possibilidade para ir além das barreiras da sala de aula e do ambiente da universidade, na medida em que pode proporcionar uma troca de conhecimentos inclusive em caráter interdisciplinar. Acreditamos que esses momentos são importantes, pois além de sanar dúvidas de interessados(as), estimula-os na medida em que propõe discussões acadêmicas e possibilidades de acesso e permanência na universidade.

O delineamento das ações desenvolvidas no curso ocorreu de forma a propiciar um maior contato dos(as) participantes com estudos de gênero e de sexualidades e o direito das mulheres, a partir de um viés do campo científico do Direito. Observamos um interesse preponderante dos(as) participantes nas discussões que relacionamos com temas como medidas protetivas e violência obstétrica. A interação proporcionada nesse evento entre estudantes de diferentes níveis educacionais permitiu a construção de um olhar diferenciado para estratégias que aproximem discentes da realidade e da construção de uma consciência crítica transformadora de contextos sociais.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BAGGENSTOSS, G. A. Teorias críticas do direito: insurgências feministas. *In*: WOLKMER, Antonio Carlos; CRISTOVAM, José Sergio da Silva; PADILHA, Norma Sueli. (Orgs.). **Teoria e história do direito** [livro eletrônico]: homenagem aos 50 anos do PPGD/UFSC: volume 3. 1ed. São Paulo: Matrioska, 2023, v. 3, p. 135-151.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

MIGNOLO, W. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado da identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, 2008, nº 34, p. 287-324.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi** (Rio J.) [online], 2011, vol.12, n.22, pp. 270-283. ISSN 2237-101X. <https://doi.org/10.1590/2237-101X012022015>

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v.2, n.20, p.71-100, jul.-dez, 1995.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nossos sinceros agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo financiamento que tornou possível a realização desta pesquisa.